



Números Publicados

Redacção

Distribuição

Assinaturas

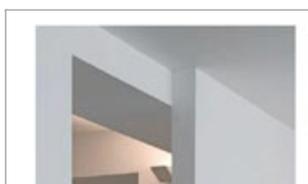
Publicidade



200 páginas a cores com desenhos e pormenores construtivos.
 Texto em português inglês espanhol italiano
 6 números/ano, 21 x 29,7 cm .
 Euro 19,95.

Caleidoscópio - Edição e Artes Gráficas, SA .
 Rua de Estrasburgo, 26, R/c Dto -
 2605-756 Casal de Cambra - Portugal.
 tel. +351.21.9817960
 fax +351.21.9817955
 www.caleidoscopio.pt
 caleidoscopio@caleidoscopio.pt

N.16 HABITAR



AI n. 16: Habitar

Neste número:

"O desenho essencial e as dimensões do habitar" | Rui Bareiros Duarte
 "A habitação actual não existe" | Ramón Fernandez -Alonso
 "Três Apartamentos e um Ideal" | Nuno Simões
 "O Habitante na Arquitectura" | Gisela Lameira
 "O Espectador na Arquitectura" | Pedro Fonseca Jorge
 "Identities emergentes - Iest" | Anna Bulanda -Jansen
 "A propósito de um projecto - apartamento no Restelo" | Alberto Caetano
 "Cuidados Intensivos - ampliação e requalificação - Casa vaz país" | João Mendes Ribeiro
 "Duas Casas A em Motril" | Juana Sánchez Gomez, Diego Jiménez López | DJLJSG
 "Edifício de Habitação e Serviços na Lapa" | Frederico Valsassina
 "Edifício de Habitações Sociais em Rota" | Guillermo Vázquez Consuegra
 "Edifício de Habitação Estoril 153" | Humberto Conde
 "Quartel Residencial e de comércio - Vianapolis" | Paula Santos
 "Edifício de Habitação" | Pedro Ravara, Baixa
 "Lofts em San Sebastian de los Reyes" | J.C. Sancho, Sol Madridejos- S-M.A.O
 "Habitação Unifamiliar - Casa Castillo" | Ubaldo Garcia Torrente
 "Biografias"
 "Uau!"

O espectador na arquitectura

Pedro Fonseca Jorge

O simples facto de nos situarmos em Portugal coloca-nos perante questões que dificilmente seriam colocadas noutros locais do mundo. O mais premente diz respeito ao facto, há muito estabelecido, de não ser necessário ser-se arquitecto para se ser autor de Projectos de Arquitectura, um mal herdado dos anos 70, em que os arquitectos em solo nacional se resumiam a 500, e que se procura reparar actualmente através da entrega recente de uma petição na Assembleia da República que obrigará a uma deliberação justa sobre o assunto. Tal como as condicionantes financeiras impostas à classe dos arquitectos ou as consequências urbanas nefastas resultantes desta posição, existe um problema paralelo que consiste na percepção que a população em geral tem do verdadeiro papel do Arquitecto na definição do Habitat, e da postura a ser adoptada pelo observador em relação à obra construída, bem como aos usos gerados na mesma.

Uma constatação diz respeito à aura de elitismo que se cria à volta da profissão do Arquitecto e da sua Obra. Este apenas é solicitado pelo promotor cioso da qualidade arquitectónica, ou pelo dono da obra a que a isso é obrigado, seja porque edifícios de elevada dimensão exigem arquitecto, seja porque na habitação colectiva o habitante se sujeita a uma preexistência exterior aos seus desejos: ao promover a construção da sua própria casa, tem a possibilidade de escolher o projectista (na maior parte dos casos, não-arquitecto), quando opta por adquirir um apartamento, encontra o objecto já idealizado e construído, em que pequenos ajustes decorativos assumem o papel de marca pessoal.

O pedestal a que a Arquitectura, por Arquitectos, se remete, influi no modo como o utilizador da mesma percebe o seu uso, na maior parte dos casos como um "outsider" em algo que deve permanecer intocável como um quadro antigo ou um vaso quebrado num museu.

Está-se perante uma raridade, uma obra de autor, algo inviolável e para lá da compreensão da população comum, privilégio de poucos não só porque a nível de custo de projecto se situa num patamar muito acima do proposto pelos restantes técnicos, mas também porque o registo estético não é reconhecido (ainda que justifique o esforço na sua concepção... e no seu custo). E o facto é que certas correntes da arquitectura amplificam esta noção de distância e de isolamento face ao utilizador do edifício, através de ambientes despojados e aparentemente estereis, pouco tolerantes para com expressões de individualidade ou de sentimentalismo.

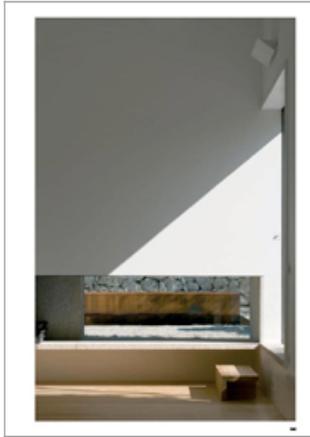
O fulcro da questão não se situa no domínio da expressão da arquitectura, pois não se duvida da validade das suas propostas, nem do sentido teórico que suporta a sua expressão formal. Na verdade, corresponde ao contacto entre a cultura dita Popular e a sua facção oposta, que podemos designar por Erudita (sem demérito para nenhuma das partes), contacto esse que ao longo do tempo sempre foi dotado de um certo distanciamento formal e temporal, no sentido em que existe um intervalo entre a forma proposta pelo Erudito e a sua recolha pelo Popular.

Graças ao Decreto-Lei 73/73 (que permite a outros técnicos, que não arquitectos, assinar projectos de arquitectura) esse distanciamento tem-se vindo a acentuar cada vez mais, pois a inexistência de objectos arquitectónicos válidos impossibilita a comunicação das formas e valores da Arquitectura Contemporânea Erudita, e consequentemente, aumenta o fosso entre as duas culturas.

Assim sendo, em Portugal o habitante da Arquitectura de Arquitecto, na maior parte de vezes forçado a isso, sente-se, na verdade, como um mero espectador, que apenas observa e não interage, no sentido do usufruto do espaço, ou seja, apenas reage na sua inadequação. Esta barreira urge ser minimizada, sem que contudo seja possível abolir esse limite: tal corresponderia ao desaparecimento das categorias do Popular e do Erudito (cujas fronteiras são ténues, na maior parte dos casos), mas que consiste em meramente utópico. O Popular, apesar de tudo, procura as suas próprias referências no Erudito, diferentes das que este pretende transmitir, sendo que o processo de interacção é demorado e faseado, abrangendo numa primeira fase a Imagem, e posteriormente o Espaço.

A cisão criada pelo famoso Decreto-Lei, nascido de condicionantes que já não existem, e sendo portanto desadequado, não conseguirá ser abolida pelo mero rebatimento do 73/73, pois, de facto, tal atitude não define a necessidade do Arquitecto. Não havendo o

hábito de consumir arquitectura, a imposição pela Lei da mesma não implica que se passem a desejar Projectos de Arquitectura, os tais que surgem numa forma e numa linguagem distante do utilizador comum.



Quando muito, criará um nicho de mercado em que a prática arquitectónica se verá resumida à cópia dos Tipos e dos Modelos anteriormente generalizados pelos outros técnicos responsáveis pela "criação artística", sejam eles de um pretensu vanguardismo ou de um classicismo idealizado. O verdadeiro Mal criado pelo Decreto-Lei 73/73 não se verificou nestes 30 anos, através da delapidação do nosso património arquitectónico popular, nem pela "crise económica" gerada na comunidade arquitectónica, mas sim pela negação do hábito de usufruir a arquitectura na vida comum, no habitar e no trabalhar, algo que se irá manter por mais 30 anos até que a prática da arquitectura se transforme em algo comum.

Não se pretende uma simplificação dos conteúdos da reflexão arquitectónica, mas sim a sua maior abrangência, o que apenas poderá ser obtido se houver maior exclusividade na criação artística, isto é, na concepção dos nossos edifícios. Mais do que um manifesto político, esta é uma reflexão sobre a verdadeira consequência resultante de uma maior prevalência do trabalho do Arquitecto, nomeadamente o hábito da Forma e principalmente o desfrute das valências estéticas e funcionais da mesma, actualmente uma excentricidade.

O habitante na arquitectura

Gisela Lameira

A *arquitectura é, antes de mais, a organização do espaço do habitar humano*. Esta relação dialéctica entre o homem e o espaço que habita, revela-nos o indivíduo como o último crítico do processo da criação arquitectónica, o seu último teste de qualidade. O homem é, em último reduto, o Utilizador. E nesta linha de pensamento, resvala a possibilidade de Espectador face ao espaço que habita/utiliza.

Emergem assim, aos arquitectos, questões preponderantes de definição dessa relação intrínseca, especialmente se nos focalizarmos na questão da "casa" - o núcleo por excelência - quando nos referimos às questões do habitar humano. Impõe-se interrogarmo-nos sobre as casas que habitamos, sobre as possibilidades actuais de experimentação/inação em edifícios de habitação colectiva. Uma das funções primárias da arquitectura é, como já referimos, albergar o habitar: dividir e organizar o espaço. A questão da habitação, como tal, estabelece elos indeléveis com os modos de vida.

Estabelece-se na ponderada mediação entre espaço e uso. É precisamente o desajuste verificado nessa relação que põe em causa os modelos de habitação corrente contemporâneos, as casas anónimas e em massa que compõem a cidade em que vivemos.

Hoje, face à novidade e radicalidade dos fenómenos urbanos dos últimos 30 anos, é interessante verificar uma mudança expressiva naqueles que podem ser considerados os campos de experimentação da "casa colectiva", mesmo num contexto dominado pela produção por promotores privados para um mercado imobiliário regulado pela oferta e pela procura. Observamos, por exemplo, um crescente de propostas/projectos que procuram resolver as necessidades habitacionais de grupos atípicos, como sejam as famílias monoparentais, os solteiros, os estudantes ou os emigrantes.

Mas a realidade é que a grande massa arquitectónica que forma o tecido na cidade, na qual habita a família corrente e tradicional, permanece inerte, vítima de modelos estereotipados, invariavelmente repetidos de uma operação urbanística para outra.

Consideremos algumas questões fulcrais, que julgamos elucidarem a problemática que a contemporaneidade coloca ao arquitecto, quando lhe é proposta a concepção dos espaços que acima referimos. Estudar/projectar/conceber a casa contemporânea implica indagar a ideia de habitar contemporânea. Como definir a ideia de habitar contemporânea? Essa ideia é esboçada pela caracterização de determinados conceitos, aferida à realidade actual: a privacidade, o conforto, a memória, o significado, o uso, a identidade. Uma questão importante é que, acima de tudo, a ideia de habitar contemporânea já não está dirigida ao "conceito de família", mas a várias concepções de Habitante: a maneira como cada indivíduo utiliza a casa. Hoje, a rapidez das mudanças tecnológicas e de mobilidade urbana, e a mudança de relações entre as próprias pessoas, obrigam a uma revisão do conceito de permanência aliado ao espaço doméstico. É difícil sustentar o discurso da casa como receptáculo unívoco de um modo de habitar específico.

Impõe-se ao arquitecto INOVAR, face a esta arquitectura que sofre de "esclerose propositiva", paralisada face à inevitável evolução dos modos de vida. E este conceito de INOVAÇÃO, tão caro a todas as actividades humanas, desde a ciência a todas as actividades criativas, desde a arte ao design, assume no campo da arquitectura contornos muito característicos.

No campo da arquitectura o conceito de novo deve-se posicionar na capacidade de resposta a situações emergentes, às necessidades reais, mais do que numa estrita proposta de sistemas diferentes dos existentes no campo formal e figurativo. Neste sentido distingue-se o INOVADOR do FORMALMENTE NOVO, o que coloca a questão num processo de continuidade, que não se move unicamente na esfera da INVENÇÃO formal. Inovar implica mais do que mudar as formas. Implica transformá-las, adequando-as aos novos significados.

A novidade do habitar gera-se em novas relações espaciais, no tratamento dos espaços intersticiais, no tratamento luminoso, na proposta de espaços mais ambíguos, passíveis de diferentes interpretações por parte do habitante, evitando um compromisso pré-destinado entre um espaço e um uso específico. Não pode um corredor mais largo ser um espaço habitável, mais do que mero espaço de circulação? E por que não um quarto junto à entrada, utilizado como escritório? Faz sentido, nos dias de hoje, uma rígida separação entre a zona privada da casa, os quartos, e a zona pública, sala e cozinha? Constatamos que o que a arquitectura residencial necessita para evoluir, e por tanto inovar, não são tanto "espaços diferentes" para modos de vida atípicos, mas sim que os "espaços convencionais", pela sua reformulação, sejam capazes de albergar formas de habitar "não convencionais" na família corrente.

De igual forma, a habitação contemporânea não pode formular-se alheia a uma *ideia de arquitectura*. A *ideia de arquitectura* forma-se a partir da relação dos nossos próprios conhecimentos (aqueles que adquirimos na nossa formação enquanto habitantes e arquitectos) com o conhecimento da realidade e, na medida em que não é possível conceber uma *ideia de casa contemporânea* alheia à experiência histórica desse mesmo tema, remete-se de igual modo à experiência do passado. E esta constatação não significa um relegar para um segundo plano da subjectividade e carácter emocional da concepção arquitectónica, até porque a formulação é produzida por um *sujeito*, através de processos de anamnese e relações de analogia (associações conceptuais) referenciados à experiência pessoal.

O passado abunda em paradigmas ainda não esgotados e possui os termos da sua própria superação e a arquitectura, apesar de realidade física, tectónica, encontra a sua razão numa ideia de habitar, de programa, de espaço, de sítio, numa atribuição de significados, numa consciência de transformação, que vai mais além que a confiança num progresso inevitável conduzido pela revolução técnico-científica, ou da "expressividade individual". Neste sentido, como afirma Kenneth Frampton, é perigoso reinventar a roda.

Qual a condição experimental da habitação contemporânea? A produção da casa, ou de uma *ideia de casa* que advém mais da experiência do que da casa experimental.

